

Renault do Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores da
Renault do Brasil S.A.**
São José dos Pinhais – Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renault do Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Renault do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Renault do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado			Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Ativos						Passivos					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.940.334	1.747.330	2.052.731	1.825.551	Fornecedores	17	2.705.338	1.912.751	2.755.500	1.950.860
Clientes	10	1.450.225	904.206	1.569.733	1.035.241	Empréstimos e financiamentos	19	760.829	2.828.058	760.829	2.828.058
Estoques	11	1.240.686	1.061.903	1.366.863	1.159.413	Arrendamentos a pagar	18	1.584	1.308	3.470	3.015
Impostos a recuperar	12	1.070.482	1.275.662	1.090.669	1.324.500	Obrigações tributárias	21	216.016	212.694	225.976	223.380
Despesas antecipadas		48.044	27.794	48.044	27.794	Imposto de renda e contribuição social a pagar		52.912	17.139	75.995	47.416
Outros ativos circulantes	13	283.057	271.001	197.806	159.783	Obrigações sociais e previdenciárias		286.786	198.089	291.413	202.025
						Empresas ligadas - royalties e juros sobre capital próprio	20	322.083	154.430	322.838	170.988
Total do ativo circulante		6.032.828	5.287.896	6.325.846	5.532.282	Provisões comerciais		104.541	121.998	104.541	121.998
						Dividendos a distribuir		-	16.806	-	18.750
Não circulante						Total do passivo circulante					
Depósitos judiciais	24	5.113	25.670	5.195	25.704			4.507.581	5.535.075	4.598.054	5.638.292
Impostos diferidos	23b	-	-	24.401	17.970						
Impostos a recuperar	12	151.441	161.713	151.441	161.713	Passivo não circulante					
Total do realizável a longo prazo		156.554	187.383	181.037	205.387	Empréstimos e financiamentos	19	-	325.280	-	325.280
						Arrendamentos a pagar	18	7.269	3.266	172.664	170.548
Investimentos	14	184.976	125.283	6	6	Provisão para contingências	24	438.324	303.032	441.731	303.207
Imobilizado	15	2.573.153	2.613.280	2.703.252	2.749.110	Provisão para garantia	7ni	45.313	51.460	45.313	51.460
Intangível	16	247	1.006	247	1.006	Obrigações tributárias	21	68.487	98.703	68.487	98.703
						Outros passivos		1	221	4	220
		2.758.376	2.739.569	2.703.505	2.750.122	Total do passivo não circulante		559.394	781.962	728.199	949.418
Total do ativo não circulante		2.914.930	2.926.952	2.884.542	2.955.509	Total do passivo		5.066.975	6.317.037	5.326.253	6.587.710
						Patrimônio líquido					
						Capital social	22	4.100.022	2.393.893	4.100.022	2.393.893
						Reservas de subvenção	22	1.548.196	1.531.389	1.548.196	1.531.389
						Resultados acumulados		(1.767.435)	(2.027.471)	(1.767.435)	(2.027.471)
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		3.880.783	1.897.811	3.880.783	1.897.811
						Participação de não controladores		-	-	3.352	2.270
						Total do patrimônio líquido		3.880.783	1.897.811	3.884.135	1.900.081
Total do ativo		8.947.758	8.214.848	9.210.388	8.487.791	Total do passivo e do patrimônio líquido		8.947.758	8.214.848	9.210.388	8.487.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renault do Brasil S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida de vendas	27	13.755.165	10.982.026	14.300.865	11.450.413
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	28	<u>(11.699.661)</u>	<u>(9.640.848)</u>	<u>(11.995.115)</u>	<u>(9.919.315)</u>
Lucro bruto		<u>2.055.504</u>	<u>1.341.178</u>	<u>2.305.750</u>	<u>1.531.098</u>
Vendas	28	(731.711)	(689.052)	(768.064)	(713.049)
Provisão para perdas de créditos esperadas	28	(1.242)	(1.717)	(1.498)	(2.610)
Gerais e administrativas	28	(887.457)	(765.353)	(930.255)	(835.455)
Resultado de equivalência patrimonial	14	105.320	57.324	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	29	<u>210.796</u>	<u>733.053</u>	<u>221.808</u>	<u>743.230</u>
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		<u>751.210</u>	<u>675.433</u>	<u>827.741</u>	<u>723.214</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	30	296.007	289.318	308.195	291.945
Despesas financeiras	30	(544.714)	(580.973)	(571.414)	(602.836)
Variação cambial, líquida	30	<u>(8.679)</u>	<u>(29.630)</u>	<u>(18.788)</u>	<u>(27.360)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>493.824</u>	<u>354.148</u>	<u>545.734</u>	<u>384.963</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(72.480)	(17.139)	(128.913)	(47.416)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.430</u>	<u>497</u>
Lucro líquido do exercício		<u>421.343</u>	<u>337.009</u>	<u>423.251</u>	<u>338.044</u>
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores:		421.343	337.009	421.343	337.009
Acionistas não controladores:		-	-	1.908	1.035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renault do Brasil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	421.343	337.009	423.251	338.044
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	421.343	337.009	423.251	338.044
Lucro atribuível a:				
Acionistas controladores:	421.343	337.009	421.343	337.009
Acionistas não controladores:	-	-	1.908	1.035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renault do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Notas explicativas	Atribuível ao acionista controlador					Reserva de lucros	Total	Participação de não controladores	Total
	Capital social	Reserva para subvenção de investimentos	Reserva legal	Prejuízos acumulados					
Saldos em 01 de janeiro de 2021	2.393.893	1.269.301	-	(2.102.392)	-	1.560.802	1.820	1.562.622	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	337.009	-	337.009	1.035	338.044	
Distribuição de dividendos 2020 aos acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	(585)	(585)	
Reserva de subvenção de investimentos	22	262.088	-	(262.088)	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.393.893	1.531.389	-	(2.027.471)	-	1.897.811	2.270	1.900.081	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	421.343	-	421.343	1.908	423.251	
Integralização de Capital	22	1.706.129	-	-	-	1.706.129	-	1.706.129	
Reversão de dividendos	22	-	16.806	74.920	-	91.726	-	91.726	
Distribuição de juros sobre capital próprio	22	-	-	(236.227)	-	(236.227)	(826)	(237.053)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.100.022	1.548.195	-	(1.767.435)	-	3.880.783	3.352	3.884.134	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renault do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		421.343	337.009	423.251	338.044
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	15 e 16	483.897	474.358	484.620	475.159
Provisão para impairment de ativos fixos	15	59.994	-	59.994	-
Depreciação de direito de uso	15 e 27	8.050	2.203	13.059	7.212
Realização de ajuste a valor presente	21	690	1.821	690	1.821
Provisão para perdas de créditos esperadas	10	(1.242)	1.717	(1.498)	2.610
Provisão para perdas nos estoques	11	3.689	23.617	7.182	23.262
Equivalência patrimonial	14	(105.320)	(57.324)	-	-
Provisão para contingências	24	162.569	(67.033)	165.801	(67.034)
Provisões Abrare	24	(27.277)	(265.497)	(27.277)	(265.497)
Provisão para garantia	7.n	(20.457)	(72.216)	(20.457)	(72.216)
Provisões comerciais	28	(17.457)	26.923	(17.457)	26.923
Atualização monetária dos depósitos judiciais	24 e 30	-	(72.685)	-	(72.685)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	29	(43.416)	(29.054)	(43.416)	(29.054)
Impostos de renda e contribuição social correntes	23	72.480	17.139	-	47.416
Impostos de renda e contribuição social diferidos	23	-	-	(6.431)	(497)
Créditos de Pis e Cofins sobre ação ABRARE	12	-	(150.483)	-	(150.483)
Juros sobre arrendamento a pagar	19	3.480	503	25.633	20.640
Juros e variação cambial não realizada - Clientes		25.917	(14.999)	34.181	(21.039)
Juros e variação cambial não realizada - Fornecedores		10.570	(12.524)	10.576	(12.531)
Juros e variação cambial não realizada - Empréstimos e financiamentos		243.664	285.267	243.664	285.267
		1.281.175	428.743	1.352.115	537.318
Variações em:					
Clientes	10	(570.693)	310.703	(567.175)	242.065
Estoques	11	(182.472)	(41.507)	(214.632)	(47.155)
Impostos a recuperar	12	215.452	91.865	244.103	78.861
Depósitos judiciais	24	20.557	417.227	20.509	417.227
Despesas antecipadas		(20.250)	(2.601)	(20.250)	(2.601)
Outros ativos		(12.056)	(89.524)	(38.023)	(54.489)
Fornecedores	17	782.017	(46.171)	794.064	(36.827)
Obrigações tributárias	20	(27.585)	190.900	(28.310)	191.434
Reversão dividendos distribuídos	14	45.627	32.493	-	-
Outros passivos		58.006	82.296	101.992	81.667
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.589.778	1.374.423	1.644.393	1.407.500
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	15 e 16	(674.927)	(466.026)	(668.026)	(466.026)
Integralização de Capital Social	22	1.706.129	-	1.706.129	-
Recebimento na liquidação de instrumentos derivativos	19	(98.007)	(22.652)	(98.007)	(22.652)
Recebimento pela alienação de bens do ativo imobilizado		210.821	218.750	210.821	218.750
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		1.144.016	(269.928)	1.150.917	(269.928)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos	19	393.500	2.228.325	393.500	2.228.325
Pagamentos de empréstimos e financiamentos principal	19	(2.670.604)	(3.260.629)	(2.670.604)	(3.260.629)
Pagamentos de juros sobre arrendamentos	19	(2.624)	(2.919)	(29.963)	(24.597)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	19	(261.062)	(216.236)	(261.062)	(216.236)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(2.540.790)	(1.251.459)	(2.568.130)	(1.273.137)
Aumento (Redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		193.004	(146.963)	227.180	(135.565)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	1.747.330	1.894.293	1.825.551	1.961.116
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9	1.940.334	1.747.330	2.052.731	1.825.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto operacional

A Renault do Brasil S.A. (“Companhia”), com sede na Avenida Renault, 1.300 no bairro Borda do Campo em São José dos Pinhais, Paraná, é uma Sociedade Anônima de capital fechado e parte integrante do Renault Group, com sede em Paris - França. A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, produção, importação, exportação e comercialização de veículos automotores de passeio e comerciais leves, bem como de motores, componentes e peças de reposição.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem a controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. (conjuntamente referidas como “Consolidado”) que tem por objeto social a comercialização de peças, acessórios e componentes para veículos da marca Renault.

A Administração manteve o plano de investimento estabelecido, que contempla aquisição de máquinas e equipamentos e modernização de capacitaria, para lançamento de novos veículos, entre outros.

Em 2022, a Companhia diminuiu seu endividamento graças ao resultado operacional positivo e otimização do working capital. Durante o ano foi dada continuidade em diversas medidas de redução de custo adotadas em anos anteriores:

- Adesão ao sistema de trabalho híbrido;
- Alinhamento de produção à demanda de mercado;
- Plano de reestruturação, incluindo o Programa de demissão voluntária – PDV – 100% concluído em 2022;
- Redução de custos fixos;
- Negociações de benefícios a colaboradores com o sindicato da área;
- Mudança na sua estratégia de participação de mercado, privilegiando sua rentabilidade unitária;
- Devido à instabilidade provocada em 2020 pelo impacto negativo da crise gerada pela pandemia da COVID-19, a Companhia decidiu deixar de reconhecer contabilmente a parcela de impostos sobre a renda diferidos, alinhado com o time Corporativo da Tributário e Contábil, conforme nota explicativa 23. A expectativa é que, após 2 anos de resultado líquido positivo, dar-se-á revisão com o time Corporativo e Local sobre a parcela a ser revertida da provisão de tributos diferidos.
- Acompanhamento e detalhamento do endividamento conforme nota explicativa 19.

Resultado operacional e expectativas para o ano subsequente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o Grupo reconheceu lucro líquido de R\$ 423.251 (lucro líquido de R\$ 338.044 em 2021).

Sob a ótica do balanço patrimonial, a Companhia foi capaz de obter novas linhas de crédito que permitiram cobrir as necessidades de caixa. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou no consolidado R\$ 2.052.731 (R\$ 1.825.551 em 2021) em recursos compreendendo Caixa e Equivalentes de Caixa, além de possuir linhas de créditos não utilizadas disponíveis na data de autorização destas demonstrações financeiras.

Para 2023 a Companhia tem expectativa de caixa operacional positivo visando redução do seu nível de endividamento. Para tanto, mantém-se medidas de contenção de gastos, remanejamento comercial e preservação de caixa.

Apesar das incertezas sobre efeitos futuros nas demonstrações financeiras e/ou sobre as estimativas contábeis, todas as medidas possíveis estão sendo tomadas para preservação dos colaboradores, negócios e operações.

Conforme anunciado pelo Renault Group em 08 de novembro de 2022 e em linha com o plano estratégico “Renaulution” de transformação de negócio e organização, as operações e tecnologias de motores formarão no segundo semestre de 2023 a nova companhia a ser criada em parceria com o Geely Group e Saudi Aramco's Corporate. A nova companhia terá foco em desenvolver, produzir e comercializar motores híbridos de baixa emissão e transmissões automáticas de alta eficiência energética. A estrutura organizacional da nova companhia não prevê participação acionária da Renault do Brasil S/A.

Tal operação gera ativos e passivos mantidos para venda na Renault do Brasil S/A, conforme CPC 31, mencionadas nessas demonstrações com a denominação “Horse”. O detalhamento da análise e interpretação está contido na nota explicativa 7 o - Ativos e passivos mantidos para venda.

	HORSE	
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	136.000	136.000
Contas a receber	200.352	106.723
Estoques	172.198	151.521
Tributos a recuperar	60.965	47.460
Outros ativos - circulante	1.253	1.043
Imobilizado	679.029	769.664
Total de ativos mantidos para venda	1.249.797	1.212.411
Fornecedores	179.653	94.428
Obrigações trabalhistas	21.897	13.033
Total de passivos mantidos para venda	201.550	107.461

Resultados observados pelo Renault Group

Em fevereiro de 2023 o Renault Group divulgou seus resultados demonstrando um faturamento de 46,391 bilhões de euros, 11,4% acima do resultado do ano anterior (2021 – 41,659 bilhões de euros, considerando somente as atividades continuadas, o que exclui AVTOVAZ e Renault Rússia, conforme anunciado em 16/05/2022) . O Grupo afirma que seus resultados de 2022 estão acima do previsto em orçamentos e estimativas anteriores, registrando números recordes de margem operacional e fluxo de caixa – ambos em linha com o plano estratégico da atual gestão.

Adicionalmente, a Administração do Renault Group reafirmou seus objetivos até 2023 divulgados por meio do plano estratégico “Renaultion”, que consiste em:

- Manter a margem operacional do Renault **Group** acima de 3%;
- Manter o fluxo de caixa livre em cerca de 3 bilhões de euros; e,
- Manter os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e ativos imobilizados (CAPEX – CApital EXpenditures) entre 8 e 9% das vendas.

Adoção do princípio de continuidade operacional na preparação das demonstrações financeiras

Com base as informações acima, a Administração elaborou as presentes demonstrações financeiras considerando o pressuposto de continuidade operacional.

2 Relação de entidades controladas

Entidade	Atividade principal	País	Controle	Participação acionária %	
				31/12/2022	31/12/2021
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.	Comercialização de peças, acessórios e componentes para veículos da marca Renault	Brasil	Direto	98,22%	98,22%

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa 20, a Companhia mantém transações em montantes significativos com partes relacionadas. Referidas transações são realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e as empresas relacionadas, considerando-se a estrutura operacional e de capital do Renault Group, as quais poderiam ser diferentes, caso realizadas com terceiros.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas são baseadas na experiência da Administração e conhecimento de informações disponíveis da data do balanço. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas 7 n e 24 - reconhecimento de provisões e contingências: determinação se há uma obrigação presente com probabilidade provável de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7 c** – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;
- **Nota explicativa 7 m** - redução ao valor recuperável (*Impairment*);
- **Nota explicativa 7 n** – reconhecimento e mensuração de provisão para garantia, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saídas de recursos;
- **Nota explicativa 10** – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 11** – mensuração de provisão para perdas nos estoques;
- **Nota explicativa 18** – reconhecimento e prazo de contratos de arrendamento;

- **Nota explicativa 23** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota explicativa 24** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo, o que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente a Diretoria Financeira.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas notas explicativa 31 - instrumentos financeiros.
- Conforme descrito na nota explicativa 7.e, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.
- A nota explicativa 31 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pela controladora.

Na consolidação das demonstrações financeiras foi eliminada a participação da controladora no patrimônio líquido da controlada, bem como saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas entre as entidades. A participação dos acionistas não controladores é apresentada destacadamente nas demonstrações financeiras consolidadas. Os lucros não realizados, referentes às vendas de peças de reposição e acessórios da controladora para a sua controlada, não foram considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas devido à irrelevância do valor envolvido.

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos foram reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
Venda de veículos	Os clientes obtêm controle do veículo no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas em suas dependências, ou quando são aceitas e estão disponíveis para retirada no pátio da Companhia. Nenhum desconto é concedido posteriormente à venda, tampouco existem programas de fidelidade na Companhia.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
Serviços prestados	A Companhia realiza serviços de engenharia nos projetos do Grupo mundial, e, as faturas de serviço são emitidas mensalmente conforme horas mensuradas.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.
Venda de peças	Os clientes obtêm controle da mercadoria no momento em que as mercadorias são faturadas e estão disponíveis para retirada no pátio da Companhia, ou no momento do embarque quando a entrega deverá ser realizada no local acordado, por responsabilidade do cliente. Nenhum desconto é concedido posteriormente à venda, tampouco existem programas de fidelidade na Companhia.	A receita é reconhecida quando a mercadoria é transferida para posse do cliente, podendo se dar no momento do faturamento, quando o cliente retira no pátio da Companhia, ou no momento do embarque para transporte.

d. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental incondicional é reconhecida no resultado como ‘Outras Receitas’ quando a subvenção se torna recebível. Outras subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como ‘Outras Receitas e Despesas operacionais (líquidas)’, em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como ‘Outras receitas e despesas operacionais (líquidas)’ em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

f. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contam a receber);
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos; e,
- A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controlada na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados;
- Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável;
- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver; e,
- Mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos a Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes, em anos:

Edifícios	40
Instalações	2-12
Máquinas e equipamentos (*)	3-15
Moldes e ferramentas	2-7
Equipamentos de informática	4
Veículos	4
Móveis e utensílios	5-10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(**)
Sistemas de comunicação	10
Equipamentos e materiais publicitários	10

(*) Em 2020 houve a revisão da vida útil de alguns itens de máquinas e equipamentos conforme dossiê França para linha de produção *ASLM* que passou de 14 para 15 anos.

(**) Período de acordo com o contrato de locação

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Propriedade intelectual

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes, em anos:

Softwares	3
Propriedade intelectual	2 – 4

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo,

acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e,
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os

juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

l. *Capital social*

(i) *Ações ordinárias*

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

(ii) *Ações preferenciais*

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

m. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. a Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de

crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

n. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades. As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Circulante	57.492	71.802	57.492	71.802
Não circulante	45.313	51.460	45.313	51.460
	102.805	123.262	102.805	123.262

A Companhia oferece garantia de 1 a 3 anos para cobertura de problemas de fabricação. Os valores são provisionados com base em estimativas, tomando como parâmetro, médias históricas dos gastos incorridos, de acordo com as análises realizadas pelo departamento de garantia, as quais são revisadas anualmente.

(ii) Provisão para contingências

É constituída com base na avaliação efetuada pelos consultores jurídicos e pela Administração da Companhia das prováveis perdas com os processos judiciais, deduzida do saldo de depósitos judiciais, quando existentes.

(iii) Provisões comerciais

Referem-se, principalmente, a provisões com comissões e bônus concedidos para a comercialização de veículos, de acordo com análises efetuadas pelo departamento comercial, as quais são revisadas anualmente.

o. Ativos e passivos mantidos para venda

De acordo com o pronunciamento contábil CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a entidade deve apresentar e divulgar informações aos usuários das demonstrações contábeis possibilitando a avaliação dos efeitos financeiros das operações descontinuadas e das baixas de ativos não circulantes mantidos para venda.

São consideradas operações descontinuadas as atividades que representem uma significativa linha separada de negócios ou área geográfica de operações, sejam parte de um plano coordenado para venda de uma significativa linha separada de negócios ou área geográfica de operações, ou uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

Já os ativos mantidos ou disponíveis para venda, bem como os passivos diretamente relacionados, são aqueles em que a entidade visa recuperar seu valor contábil por meio da venda dos bens, ao invés de seu uso contínuo nas atividades. Para essa classificação é necessário que a venda seja altamente provável, sendo que a Administração deve apresentar um plano de venda definido, bem como o potencial comprador.

A entidade deve mensurar o ativo ou o grupo de ativos não circulantes classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Em linha com a cisão prevista para ocorrer no segundo semestre de 2023 das operações e tecnologias de motores, divulgada pelo Renault Group em 08 de novembro de 2022, será criada no Brasil uma nova companhia responsável por desenvolver, produzir e comercializar motores híbridos de baixa emissão e transmissões automáticas de alta eficiência energética.

A estrutura organizacional da nova companhia não prevê participação acionária da Renault do Brasil S/A ou sua controlada, Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. Sendo a nova empresa constituída parte do Renault Group, consolidado pela matriz francesa, Renault S.A.S.

Tal operação gera ativos e passivos mantidos para venda na Renault do Brasil S/A, uma vez que a produção e comercialização de motores não é uma unidade geradora de caixa na Companhia, pois não é amplamente independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (venda de veículos novos – segmento automotivo), e com a cisão não haverá lucro/

prejuízo na venda, considerando que os ativos e passivos serão transferidos pelo valor contábil registrado nos livros da Renault do Brasil S/A na data do evento, não gerando impactos nas linhas de demonstrativo do resultado.

Os montantes de ativos e passivos mantidos para venda estão apresentados nas notas explicativas (Contexto operacional - Resultado operacional e expectativas para o ano subsequente), informando a respectiva linha contábil, montante referente a 31 de dezembro de 2022 e 2021 e o resumo da expectativa de realização da cisão.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia, localmente e em conjunto com a matriz francesa, avaliou e não identificou impactos nas suas atividades em relação às seguintes normas novas e alterações, e por tal razão não foram contempladas na elaboração destas demonstrações financeiras:

- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16);
- Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); e,
- Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 a partir de 1º de janeiro de 2021.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	2.732	16.497	2.988	16.643
Aplicações financeiras	1.937.602	1.730.833	2.049.743	1.808.908
	1.940.334	1.747.330	2.052.732	1.825.551

As aplicações financeiras são representadas, substancialmente, por aplicações em CDB e Compromissadas com liquidez diária, todos referenciados em CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro) com rentabilidade entre 100% e 104%, em linha com 2022.

10 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Clientes nacionais				
Terceiros	74.310	94.448	82.283	95.029
Partes relacionadas (nota explicativa 20)	33.453	13.413	26.316	19.227
Clientes estrangeiros				
Terceiros	12.652	8.758	20.770	20.285
Partes relacionadas (nota explicativa 20)	<u>1.345.962</u>	<u>804.982</u>	<u>1.457.009</u>	<u>918.843</u>
	<u>1.466.377</u>	<u>921.601</u>	<u>1.586.378</u>	<u>1.053.384</u>
Provisão para perda de créditos esperadas	<u>(16.152)</u>	<u>(17.395)</u>	<u>(16.645)</u>	<u>(18.143)</u>
Contas a receber, líquido	<u>1.450.225</u>	<u>904.206</u>	<u>1.569.733</u>	<u>1.035.241</u>

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	(17.395)	(21.024)	(18.143)	(24.121)
Adições	(1.242)	(1.717)	(1.498)	(2.610)
Baixas efetivas	<u>2.485</u>	<u>5.356</u>	<u>1.996</u>	<u>8.588</u>
Saldo no final do exercício	<u>(16.152)</u>	<u>(17.395)</u>	<u>(16.645)</u>	<u>(18.143)</u>

O período médio de recebimento na venda de produtos foi de 45 dias em 2022 (30 dias em 2021).

As contas a receber de partes relacionadas (nacional e estrangeiro) incluídas nos valores acima totalizam R\$ 1.379.415 (R\$ 818.395 em 2021) e estão apresentadas na nota explicativa 20.

O quadro a seguir demonstra os saldos a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Créditos a vencer	834.543	666.704	856.862	690.707
Créditos em atraso até 30 dias	162.237	67.831	171.494	79.044
Créditos em atraso de 31 a 90 dias	137.142	19.807	158.269	30.466
Créditos em atraso de 91 a 120 dias	41.370	23.134	46.405	27.298
Créditos em atraso de 121 a 180 dias	71.219	12.361	96.098	15.334
Créditos em atraso acima de 180 dias	<u>219.866</u>	<u>131.764</u>	<u>257.250</u>	<u>210.535</u>
	<u>1.466.377</u>	<u>921.601</u>	<u>1.586.378</u>	<u>1.053.384</u>

Os créditos em atraso há mais de 180 dias são, substancialmente, mantidos com partes relacionadas, cujo recebimento será realizado mediante disponibilidade de caixa de tais partes,

bem como a liberação para a remessa de recursos financeiros pelas entidades governamentais dos respectivos países.

A Companhia efetua a análise de perdas esperadas de contas a receber, conforme política abaixo.

Política vigente de provisão para perdas de créditos esperadas

A redução das contas a receber passa a abranger dois níveis:

- A imparidade com base nas perdas incorridas (inalteradas): reconhecimento de perdas realizadas em dívidas duvidosas, comprometidas ou incobráveis, identificadas individualmente; e
- A imparidade das perdas esperadas em recebíveis saudáveis (novo), sem incidentes de pagamento até à data.

A taxa aplicada de perda esperada em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi de 0,82%, e o impacto foi de R\$ 1.242 (R\$ 1.717 em 2021) no contas a receber.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Veículos	226.904	162.844	226.904	162.844
Motores	52.232	25.479	52.232	25.479
Componentes para fabricação	903.543	830.718	903.543	830.718
Peças de reposição	65.993	41.693	200.973	144.513
Material de consumo e reposição	76.189	81.655	76.189	81.655
(-) Provisão para perdas nos estoques	<u>(84.175)</u>	<u>(80.486)</u>	<u>(92.978)</u>	<u>(85.796)</u>
	<u>1.240.686</u>	<u>1.061.903</u>	<u>1.366.863</u>	<u>1.159.413</u>

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para perda nos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	(80.486)	(56.869)	(85.796)	(62.534)
Adições	(53.736)	(95.535)	(60.021)	(97.010)
Baixas	<u>50.047</u>	<u>71.918</u>	<u>52.839</u>	<u>73.748</u>
Saldo no final do exercício	<u>(84.175)</u>	<u>(80.486)</u>	<u>(92.978)</u>	<u>(85.796)</u>

A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas considerando-se o melhor julgamento da Administração. Caso a potencial perda não seja a mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social antecipados IRRF (b)	70.423	67.315	74.643	101.743
ICMS a recuperar (a)	388.728	189.881	388.728	189.881
IPI a recuperar	5.737	6.132	5.737	6.142
PIS/COFINS a compensar (d)	486.926	775.447	501.102	788.370
Outros impostos (c)	118.668	236.887	120.459	238.364
	<u>1.070.482</u>	<u>1.275.662</u>	<u>1.090.669</u>	<u>1.324.500</u>
Não circulante				
ICMS a recuperar (a)	150.879	161.151	150.879	161.151
Outros impostos	562	562	562	562
	<u>151.441</u>	<u>161.713</u>	<u>151.441</u>	<u>161.713</u>
	<u>1.221.923</u>	<u>1.437.375</u>	<u>1.242.110</u>	<u>1.486.213</u>

Os valores de impostos a recuperar estão sendo recuperados no curso normal dos negócios.

- (a) Desde o surgimento da pandemia pela COVID-19, o saldo de ICMS a recuperar foi sensivelmente afetado em virtude da drástica queda nas vendas de veículos. Apesar do início de retomada do volume de vendas em 2021, o montante credor manteve a tendência de alta para 2022 .
- (b) Em 2020, diante do cenário de crise econômica em decorrência da pandemia, a Companhia apurou prejuízo fiscal, não havendo recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Contudo, observa-se a elevação do saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social antecipados IRRF diante das retenções de Imposto de Renda sobre operações de *hedge*, realizados visando mitigar os impactos da volatilidade cambial. Como em 2020 a variação cambial gerou expressivos ganhos que compensaram a desvalorização da moeda local, a Companhia sofreu retenção em valor substancial. Uma vez que em 2020 a Companhia não teve recolhimento de IRPJ, este saldo de IRRF compôs o Saldo Negativo de IRPJ 2020, que pôde ser substancialmente utilizado após a entrega da obrigação acessória relacionada – ECF 2021. O saldo remanescente se refere aos créditos de IRRF diante das retenções de Imposto de Renda sobre operações de *hedge* bem como créditos do incentivo fiscal Rota 2030, cuja utilização será registrada em 2022.
- (c) Neste grupo de contas estão reconhecidos créditos de natureza de pagamento a maior ou pedido de ressarcimento de PIS/COFINS em operações de exportação. A perspectiva de utilização se dá em 2022.
- (d) Em 01/02/2019 a Companhia obteve o trânsito em julgado da decisão favorável do 2ª. instância pelo TRF 4ª. região em sua ação nº 5045724-22.2012.4.04.7000 sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS contida na receita de vendas relativo ao período de 08/2003 a 06/2008. Em decorrência dessa decisão foi registrado o valor de R\$ 269.116 em contrapartida de “Outras receitas operacionais”. Do valor registrado, a Companhia realizou até 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 72.879, não utilizando em 2020 o crédito remanescente, visto que se refere a metodologia da exclusão do ICMS destacado, e a Companhia aguardava a definição da metodologia pelo julgamento do Leading Case, pelo STF. Em 2020, o assunto havia sido retirado da Pauta do Poder Judiciário devido a COVID-19.

Concomitantemente, foi constituída em 2019 uma provisão para pagamento à ABRARE (Associação Brasileira de Concessionários Renault) no valor de R\$ 98.292 referente ao acordo assinado entre as partes concedendo às concessionárias parte do valor efetivamente recuperado. Esta provisão está registrada na rubrica de “Provisões para contingências”, no passivo não circulante.

Após maio/2021, com a decisão favorável pelo Supremo Tribunal Federal acerca da metodologia da exclusão pelo ICMS destacado, a Companhia deu seguimento então à utilização do crédito remanescente, tendo utilizado em sua totalidade em 2021.

Em 13/08/2020 a Companhia obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em sua ação nº 5048473-12.2012.4.04.7000 sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS contida na receita de vendas relativo ao período de 07/2008 a 08/2018. Em decorrência dessa decisão foi registrado o valor de R\$ 912.345 em contrapartida de “Outras receitas operacionais”. Para esta ação, a Companhia realizou depósito judicial dos valores discutidos entre 2008 e 2012, tendo valor de R\$ 267.612, que até 31 de dezembro de 2020 não havia sido expedido o alvará para levantamento. Do valor registrado, a Companhia realizou até 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 177.478. Após reversão de provisão registrada em 2019 referente a este processo, foi constituída durante o ano de 2020, uma nova provisão complementar para pagamento a ABRARE, conforme explicado acima, no valor de R\$ 207.378 referente à segunda ação.

Em 2021, o alvará foi expedido e o levantamento do depósito judicial foi realizado. A Companhia utilizou integralmente o crédito em 2021, deslocando o crédito escritural para composição do grupo “PIS/COFINS a compensar”, elevando a posição credora da rubrica, e compensando o valor remanescente de R\$ 150.483, visto que para este caso, a decisão judicial foi direta e precisa quanto a metodologia de exclusão do ICMS da base, que é pelo valor do ICMS destacado em nota fiscal. A Companhia procedeu com o pagamento à ABRARE em 2021 da parte provisionada conforme acordo estabelecido previamente.

13 Outros ativos circulantes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamentos a fornecedores	30.391	11.304	30.409	11.304
Adiantamentos a colaboradores	84.394	54.889	84.842	55.259
Dividendos a receber	108.652	126.614	-	-
Outros	59.620	78.195	82.555	93.220
	283.057	271.001	197.806	159.783

14 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Renault do Brasil Com. e Participações Ltda.	184.976	125.283	-	-
Outros investimentos	-	-	6	6
	184.976	125.283	6	6

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, A Companhia possuía 98,22% de participação no capital social da Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. (“RBCP”), empresa que se dedica à comercialização de peças, acessórios e componentes para veículos.

Em 2022 a controlada RBCP não distribuiu dividendos (R\$ 827 em 2021). Os lucros do exercício foram destinados ao lucro acumulado. Não foram constituídos JSCP para o ano de 2022.

Abaixo segue informações sobre o investimento na RBCP:

	2022	2021
Total do ativo	562.469	519.411
Total do passivo	374.141	391.858
Receita líquida total	834.735	724.030
Patrimônio líquido da controlada em 31 de dezembro	188.328	127.553
Participação no capital social	98,22%	98,22%
 Saldo do investimento	184.976	125.283
 Lucro líquido do exercício da controlada	107.228	58.362
Receita de equivalência patrimonial reconhecida no exercício	105.320	57.324
Lucro dos acionistas não controladores	1.966	1.039

Abaixo segue a movimentação do saldo de investimentos:

	2022	2021
Saldo inicial do investimento	125.283	100.452
Equivalência patrimonial	105.320	57.324
Reversão dividendos distribuídos	(45.627)	(32.492)
Saldo final do investimento	184.976	125.283

15 Imobilizado

	Taxas % anuais de depreciação	Controladora				Consolidado		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	2022	2021	2022	2021
					Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Edificações	3,33%	578.266	(310.431)	267.835	287.914	267.835	287.914	
Instalações	4% a 50%	1.457.281	(986.141)	471.140	483.488	472.486	484.979	
Máquinas e equipamentos	3,33% a 50%	2.854.782	(1.803.795)	1.050.987	1.088.854	1.050.987	1.088.854	
Moldes e ferramentas	14% a 50%	2.707.990	(2.282.131)	425.859	563.524	425.859	563.524	
Equipamentos de informática	25%	98.784	(88.429)	10.355	11.257	10.355	11.257	
Veículos	25%	145.845	(22.004)	123.841	103.976	123.841	103.976	
Móveis e utensílios	12% a 17%	32.994	(29.662)	3.333	5.013	3.347	5.046	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	11.768	(10.530)	1.238	1.513	2.092	1.558	
Sistemas de comunicação	10%	3.636	(3.606)	30	47	30	47	
Equipamentos e materiais publicitários	10%	35.428	(33.671)	1.757	2.857	1.757	2.857	
Adiantamento a fornecedores	(**)	202.164	-	202.164	59.976	202.547	60.359	
Direito de uso – arrendamentos	10%	26.189	(11.621)	14.568	4.815	142.071	138.693	
Outros	-	46	-	46	46	46	46	
		8.155.174	(5.582.021)	2.573.153	2.613.280	2.703.252	2.749.110	

(*) Período de acordo com o contrato de locação.

(**) Tratativa de antecipação financeira para desenvolvimento de ativos fixos.

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	2.613.280	2.807.564	2.749.110	2.949.201
Adições (a)	678.350	468.630	678.350	468.630
Baixas	(167.405)	(189.699)	(167.405)	(189.696)
Depreciação – direito de uso	(8.050)	(2.203)	(13.059)	(7.212)
Impairment (b)	(59.994)	-	(59.994)	-
Depreciação – imobilizado	(483.028)	(471.012)	(483.751)	(471.813)
Saldo no final do exercício	2.573.153	2.613.280	2.703.252	2.749.110

- (a) Dentro do valor total de adições de 2022, o montante de R\$ 81.892 não foi pago dentro do exercício (R\$ 10.930 em 2021), o qual não teve efeito no fluxo de caixa da Companhia.
- (b) O valor compõe a linha *Máquinas e equipamentos* do quadro de movimentação de imobilizado, estando no saldo de depreciação acumulada apresentado. Em 2022 o Grupo Renault anunciou a saída da Rússia após os conflitos geopolíticos naquela zona. Após os anúncios do Renault Group se iniciaram análises específicas sobre os impactos locais e constatou-se a necessidade de realização do teste de impairment comparando os ativos existentes no Grupo e a rentabilidade que seria gerada nos próximos anos, indicando a contabilização do referido impairment. O teste, bem como os impactos contábeis, estão alinhados ao nível do CFO da marca Renault, chefe da contabilidade do Grupo Renault, em conjunto com a Administração local, que inclui as áreas de Estudos Econômicos, Contabilidade e CFO.

16 Intangível

	Taxas % anuais de amortização	Controladora			
		2022		2021	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares	33%	83.472	(83.236)	236	466
Propriedade intelectual	20% a 50%	45.866	(45.855)	11	540
		129.338	(129.091)	247	1.006

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo intangível:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	1.006	4.090	1.006	4.090
Adições	110	262	110	262
Amortização	(869)	(3.346)	(869)	(3.346)
Saldo no final do exercício	247	1.006	247	1.006

A Companhia efetuou análise sobre a recuperabilidade de seu intangível de acordo com o CPC 01, não identificando indicativos de existência de ativos não recuperáveis, e desta forma, nenhum ajuste para redução ao valor recuperável do intangível foi constituído.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Nacional				
Terceiros	1.217.315	931.162	1.273.612	972.917
Partes relacionadas (nota 20)	17.062	19.060	10.852	15.328
Exterior				
Terceiros	14.077	3.338	14.072	3.339
Partes relacionadas (nota 20)	1.456.883	959.191	1.456.964	959.276
	<u>2.705.338</u>	<u>1.912.751</u>	<u>2.755.500</u>	<u>1.950.860</u>

18 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia, até o presente momento, identifica condições adequadas para cumprimento dos prazos de arrendamentos vigentes nos contratos. O contrato de leasing mais representativo é firmado pela controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda referente ao terreno e galpão físico localizado em Quatro Barras/PR, com prazo de locação inicial firmado de 30 (trinta) anos, com opção de compra a ser exercida após o prazo de locação mínimo de 10 (dez) anos.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

				Controladora			
				2022		2021	
	Taxa anual de juros	Indexador	Vencimento final	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Leasing financeiro	7,83%	Pré fixado	01/12/2023	460	-	417	449
Leasing financeiro	4,47%	Pré fixado	01/12/2023	413	36	414	461
Leasing financeiro	4,47%	Pré fixado	01/01/2026	461	773	343	1.234
Leasing financeiro	10,37%	Pré fixado	01/09/2030	135	987	134	1.122
Leasing financeiro	19,08%	Pré fixado	01/12/2032	115	5.473	-	-
				1.584	7.269	1.308	3.266
				Consolidado			
				2022		2021	
	Taxa anual de juros	Indexador	Vencimento final	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Leasing financeiro	7,83%	Pré fixado	01/12/2023	460	-	417	449
Leasing financeiro	4,47%	Pré fixado	01/12/2023	413	36	414	461
Leasing financeiro	4,47%	Pré fixado	01/01/2026	461	773	343	1.234
Leasing financeiro	10,37%	Pré fixado	01/09/2030	135	987	134	1.122
Leasing financeiro	19,08%	Pré fixado	01/12/2032	115	5.473	-	-
Leasing financeiro	10,37%	Pré fixado	01/04/2046	1.886	165.395	1.707	167.282
				3.470	172.664	3.015	170.548

Abaixo demonstramos a movimentação do direito de uso no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Direito de uso				
Saldo em 1 de janeiro	4.815	3.350	138.693	142.237
Novos contratos registrados	15.913	-	15.913	-
Reajuste de contratos	1.890	10.513	524	10.513
Baixas	-	(6.845)	-	(6.845)
Depreciação	(8.050)	(2.203)	(13.059)	(7.212)
Saldo em 31 de dezembro	14.568	4.815	142.071	138.693

Abaixo demonstramos a movimentação do passivo de arrendamento no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivo de arrendamento				
Saldo em 1 de janeiro	4.574	4.124	173.563	174.655
Novos contratos registrados	15.913	-	15.913	-
Baixas/reajustes	(12.490)	2.866	(9.012)	2.866
Pagamentos	(2.623)	(2.919)	(29.964)	(24.597)
Juros de arrendamento	3.480	503	25.634	20.640
Saldo em 31 de dezembro	8.854	4.574	176.134	173.563

19 Empréstimos e financiamentos

As modalidades dos empréstimos e suas principais condições são:

	Taxa anual de juros	Indexador	Vencimento final	Controladora e Consolidado			
				2022		2021	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
NCE	147,53%	% do CDI	03/07/2023	756.999	-	1.595.687	325.280
CCB	168,43%	% do CDI	04/11/2022	-	-	709.291	-
FINIMP	116,95%	% do CDI	23/04/2021	-	-	224.261	-
4131	129,66%	% do CDI	19/09/2022	-	-	282.003	-
		Dólar norte- americano + Taxa Fixa a.a. +% do CDI +					
SWAP	% do CDI	spread	03/07/2023	3.830	-	16.816	-
				760.829	-	2.828.058	325.280

As operações de empréstimo e financiamento em moeda estrangeira listadas acima estão protegidas de variação cambial por instrumentos financeiros derivativos conforme nota explicativa 31. A Companhia e sua controlada avaliaram os contratos vigentes e não foram identificadas cláusulas restritivas (*covenants*).

(i) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Os financiamentos junto a instituições financeiras foram contraídos para capital de giro e outras operações, com as seguintes características:

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Total	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Total
Saldo apresentado em 1 de janeiro de 2021	4.139.263	4.124	4.143.387	4.139.263	174.655	4.313.918
<i>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</i>						
Captações de empréstimos e financiamentos	2.228.325	-	2.228.325	2.228.325	-	2.228.325
Pagamento de empréstimos	(3.260.629)	-	(3.260.629)	(3.260.629)	-	(3.260.629)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(216.236)	-	(216.236)	(216.236)	-	(216.236)
Pagamento de arrendamentos	-	(2.919)	(2.919)	-	(24.597)	(24.597)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(1.248.540)	(2.919)	(1.251.459)	(1.248.540)	(24.597)	(1.273.137)
<i>Variações dos fluxos de caixa de investimentos</i>						
Recebimento na liquidação de swap	(22.652)	-	(22.652)	(22.652)	-	(22.652)
Total das variações nos fluxos de caixa de investimento	(22.652)	-	(22.652)	(22.652)	-	(22.652)
<i>Impactos de resultado</i>						
Juros e variação cambial não realizada sobre empréstimos	221.947	-	221.947	221.947	-	221.947
Variação cambial sobre empréstimos	36.799	-	36.799	36.799	-	36.799
Provisão de Swap	26.522	-	26.522	26.522	-	26.522
Juros sobre arrendamentos	-	503	503	-	20.640	20.640
Total das outras variações relacionadas com passivos	285.267	503	285.770	285.267	20.640	305.907
<i>Transações que não afetam caixa</i>						
Reversão de contratos renegociados e encerrados	-	2.866	2.866	-	2.866	2.866
Novos contratos de arrendamentos	-	-	-	-	-	-
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	2.866	2.866	-	2.866	2.866
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.153.339	4.574	3.157.913	3.153.339	173.563	3.326.902

Renault do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Total	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Total
Saldo apresentado em 1 de janeiro de 2022	3.153.339	4.574	3.157.913	3.153.339	173.563	3.326.902
<i>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</i>						
Captações de empréstimos e financiamentos	393.500	-	393.500	393.500	-	393.500
Pagamento de empréstimos	(2.670.604)	-	(2.670.604)	(2.670.604)	-	(2.670.604)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(261.063)	-	(261.063)	(261.063)	-	(261.063)
Pagamento de arrendamentos	-	(2.623)	(2.623)	-	(29.964)	(29.964)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(2.538.167)	(2.623)	(2.540.790)	(2.538.167)	(29.964)	(2.568.131)
<i>Variações dos fluxos de caixa de investimentos</i>						
Recebimento na liquidação de swap	(98.007)	-	(98.007)	(98.007)	-	(98.007)
Total das variações nos fluxos de caixa de investimento	(98.007)	-	(98.007)	(98.007)	-	(98.007)
<i>Impactos de resultado</i>						
Juros e variação cambial não realizada sobre empréstimos	202.027	-	202.027	202.027	-	202.027
Variação cambial sobre empréstimos	(43.384)	-	(43.384)	(43.384)	-	(43.384)
Provisão de Swap	85.021	-	85.021	85.021	-	85.021
Juros sobre arrendamentos	-	3.480	3.480	-	25.634	25.634
Total das outras variações relacionadas com passivos	243.664	3.480	247.144	243.664	25.634	269.298
<i>Transações que não afetam caixa</i>						
Reversão de contratos renegociados e encerrados	-	(12.490)	(12.490)	-	(9.012)	(9.012)
Novos contratos de arrendamentos	-	15.913	15.913	-	15.913	15.913
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	3.423	3.423	-	6.901	6.901
Saldo em 31 de dezembro de 2022	760.829	8.854	769.683	760.829	176.134	936.963

20 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativo a operações com empresas relacionadas, foram realizadas em condições específicas pactuadas entre as partes que levam em consideração as políticas internas para transações na Companhia e, portanto, poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

	Controladora					Consolidado					
	2022					2022					
	Renault SAS	RBCP	Renault Argentina	Outras empresas ligadas	Total	2021	Renault SAS	Renault Argentina	Outras empresas ligadas	Total	2021
Ativo											
Aplicações financeiras (a)	-	-	-	1.058	1.058	1.153	-	-	1.058	1.058	1.153
Clientes (nota 10)	932.912	5.782	411.926	28.795	1.379.415	818.395	1.000.633	451.370	44.903	1.496.906	938.444
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	108.652	-	-	108.652	126.614	-	-	-	-	-
Total do ativo	932.912	114.434	411.926	29.853	1.489.125	946.162	1.000.633	451.370	45.961	1.497.964	939.597
Passivo											
Royalties a pagar	73.415	-	-	-	73.415	36.121	73.415	-	-	73.415	36.121
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	200.711	-	-	81	200.792	16.806	200.711	-	836	201.547	26.222
Outros	-	-	-	-	-	3.667	-	-	-	-	3.667
Sub total	274.126	-	-	81	274.207	56.594	274.126	-	836	274.962	66.010
Fornecedores (nota 17)	1.393.347	428	52.817	100.768	1.547.360	1.024.372	1.393.347	52.898	101.769	1.548.014	1.024.845
Total do passivo	1.667.473	428	52.817	100.849	1.821.567	1.080.966	1.667.473	52.898	102.605	1.822.976	1.090.855
Transações											
Compras	3.492.174	1.910	55.239	5.870.569	9.419.893	7.840.914	3.492.174	55.239	5.870.569	9.417.983	7.840.617
Royalties	244.287	-	-	-	244.287	238.648	244.287	-	-	244.287	238.648
Juros s/ capital próprio	236.131	-	-	94	236.225	74.919	236.131	-	94	236.225	74.919
Total de despesas	3.972.592	1.910	55.239	5.870.664	9.900.405	8.154.481	3.972.592	55.239	5.870.664	9.898.495	8.154.184
Vendas e outras receitas	4.059.246	289.035	954.783	8.952.815	14.255.880	11.732.347	4.059.246	954.783	8.952.815	13.966.844	11.476.705
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de receitas	4.059.246	289.035	954.783	8.952.815	14.255.880	11.732.347	4.059.246	954.783	8.952.815	13.966.844	11.476.705

(a) As aplicações financeiras com partes relacionadas estão assim representadas:

Empresa	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Renault Finance	1.059	1.153
	1.059	1.153

As principais empresas ligadas com as quais a Companhia mantém relações comerciais são: Renault Argentina, Renault SAS (França), SOFASA (Colômbia), Cormecânica (Chile) e Nissan do Brasil.

a. Compras de peças de reposição

As peças de reposição importadas pela Companhia junto às empresas relacionadas, Renault S.A. - França e Renault Argentina S.A. são, na sua totalidade, vendidas à controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2022 a remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração foi de R\$ 3.223 (R\$ 3.138 em 31 de dezembro de 2021).

A remuneração total é composta por salário, bônus performance e benefícios, considerando as práticas de mercado.

21 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
IPI	58.149	84.673	57.679	84.673
ICMS a recolher (a)	56.927	52.776	66.845	62.587
Impostos sobre importação	27.501	23.981	27.503	23.950
PIS/COFINS	3.876	2.831	4.268	3.190
IRRF e CIDE sobre royalties	18.354	10.624	18.354	10.624
Parcelamento PERT (b)	11.846	11.846	11.846	11.846
ISS	8.309	13.034	8.391	13.337
IRRF sobre JSCP	35.434	11.238	35.434	11.238
IRRF e CIDE	21.815	21.797	21.850	22.041
(-) Cut-off impostos (c)	(26.194)	(20.106)	(26.194)	(20.106)
	216.016	212.694	225.976	223.380
Não circulante				
ICMS a recolher (a)	365	16.451	365	16.451
Parcelamento PERT (b)	68.121	82.942	68.121	82.942
Ajuste a valor presente	-	(690)	-	(690)
	68.487	98.703	68.487	98.703
	284.503	311.397	294.462	322.083

(a) ICMS a recolher

A parcela relativa ao não circulante refere-se, substancialmente, ao benefício de dilação do prazo para o pagamento do ICMS a recolher. Esse benefício foi concedido pelo Governo do Estado do Paraná a partir de 1997 e estendeu-se até abril de 2006, de acordo com os diversos programas vigentes à época. Esse imposto começou a ser pago em 2011 e possuía vencimento final em junho de 2022.

Em 2021 não havia programação de parcelas a serem pagas. Os pagamentos foram retomados em janeiro de 2022. Em 2022 foi pago o montante de R\$ 15.599, relativo às parcelas de janeiro a junho de 1998.

O montante do ajuste a valor presente foi calculado com base em taxas de mercado estimadas à época da transação. Em 2021, a realização do ajuste a valor presente gerou uma despesa financeira de R\$ 690 (R\$ 1.821 em 2021), registrada diretamente ao resultado do exercício.

(b) Parcelamento PERT - Regime Automotivo

Em 29 de setembro de 2017 a Companhia aderiu ao PERT (Programa especial de regularização tributária) instituído pela MP 783 e posteriormente convertida na Lei 13.496. O parcelamento foi devidamente deferido e consolidado pela Secretaria da Receita Federal. A Companhia vinha discutindo judicialmente esta obrigação fiscal, cujo processo, a partir da referida data foi extinto em decorrência da adesão ao PERT, fazendo com que os valores, até então contabilizados na provisão para contingências, fossem reclassificados para a conta de obrigações tributárias. Os efeitos da renegociação foram registrados na conta de outras receitas operacionais líquidas na demonstração de resultado.

(c) Cut-off impostos

Parcela tributária da reversão de receita dos veículos faturados e não entregues em 31 de dezembro de 2022, compreende PIS, COFINS, ICMS e IPI.

22 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 2.393.893.

Em fevereiro de 2022 houve aporte de capital pela matriz, Renault S.A.S, no valor, líquido de IOF, de R\$1.706.129, resultando no novo capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 4.100.022.

O acionista minoritário, Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE – Agência de Fomento do Estado do Paraná), renunciou ao direito de preferência na subscrição das ações emitidas em virtude do aumento de capital, reduzindo assim sua participação acionária.

Está representado por ações nominativas ordinárias (ON), aquelas que dão direito a voto, e preferenciais (PN), sem valor nominal e que possuem prioridade no recebimento de distribuição dos lucros, assim distribuídas:

	ON	PN	Total	%
Acionistas				
Renault SAS	670.331.224.178	136.615.973.268	806.947.197.446	99,92%
Fundo de Desenvolvimento Econômico (PR)	-	614.821.647	614.821.647	0,08%
31 de dezembro de 2021	<u>670.331.224.178</u>	<u>137.230.794.915</u>	<u>807.562.019.093</u>	<u>100,00%</u>
Acionistas				
Renault SAS	1.413.035.921.052	136.615.973.368	1.549.651.894.320	99,96%
Fundo de Desenvolvimento Econômico (PR)	-	614.821.647	614.821.647	0,04%
31 de dezembro de 2022	<u>1.413.035.921.052</u>	<u>1.550.266.715.967</u>	<u>1.550.266.715.967</u>	<u>100,00%</u>

a. Dividendos e Juros sobre capital próprio a distribuir

Os dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas ordinários são de 5% sobre o lucro líquido ajustado. Os acionistas preferenciais têm direito a dividendos 10% superiores aos distribuídos aos acionistas ordinários.

Em 2022 a Companhia não efetuou distribuição de dividendos em função de ainda possuir prejuízos acumulados a compensar antes de seguir com a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

Com relação à remuneração do Capital Próprio de seus acionistas sobre os resultados do exercício de 2022, foram distribuídos R\$ 236.227 (valor bruto, antes dos impactos de IRPJ e CSLL).

b. Reserva para subvenção de investimentos

Em setembro de 2011 a Companhia firmou um protocolo de intenções com o Governo do Estado do Paraná o qual foi renegociado em 2015. Este protocolo estabelece condições gerais e obrigações mútuas para o desenvolvimento de novos projetos na unidade industrial da Companhia instalada no Paraná.

O referido protocolo previa o cumprimento de contrapartidas que vem sendo renegociadas e readequadas em função das alterações das condições macroeconômicas decorrentes da crise econômica. O Protocolo de Intenções autoriza que as partes efetuem essas adequações em comum acordo. Em novembro de 2018 a Companhia e o Governo do Estado do Paraná firmaram o Sexto Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções. Este aditivo teve o objetivo de consolidar as obrigações, contrapartidas e benefícios do Protocolo de Intenções 2011 e seus aditivos, além de criar novas condições e obrigações mútuas para o desenvolvimento do projeto de veículos elétricos da Renault em território paranaense. As principais alterações foram a prorrogação do prazo das obrigações mútuas e benefícios, inclusive para veículos elétricos até 2027 e a confirmação das obrigações firmadas e realizadas entre as partes.

Decorrente de decisão judicial, a Renault do Brasil S/A foi “absolvida” de reconhecimento da reserva de subvenção (validar e-mail tributário).

Não foi constituída reserva subvenção de investimentos no patrimônio líquido em 2022 com o objetivo de absorver os prejuízos acumulados da Companhia. Em 2021 fora constituída a reserva de subvenção no valor de R\$ 262.088.

c. Reserva legal

A Reserva legal é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social. Em 2022, não houve constituição de Reserva legal em função da existência de prejuízos acumulados.

23 Imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

a. Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	493.824	354.148	545.734	384.963
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
	(167.900)	(120.410)	(185.550)	(130.887)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação				
Resultado equivalência patrimonial	35.809	19.490	-	-
Adições e exclusões permanentes, líquidas (i)	138.318	(41.223)	138.318	(41.543)
Imposto de renda e contribuição social	6.227	(142.143)	(47.231)	(172.431)
Adições e exclusões temporárias, líquidas (ii)	(87.859)	78.198	(90.834)	77.701
Compensações de IRPJ e CSLL diferidos	16.848	19.183	16.848	19.183
Incentivos fiscais	-	27.622	-	28.131
Outros	(7.696)	-	(7.696)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(72.480)	(17.139)	(128.913)	(47.416)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	6.430	-
	(72.480)	(17.139)	(122.483)	(47.416)

- (i) Adições e exclusões permanentes, líquidas: diferenças entre o lucro tributável e o lucro contábil, sendo adições as diferenças tributáveis e exclusões as diferenças dedutíveis ao lucro tributável, como por exemplo: despesas com brindes, despesas extraordinárias, doações, multas.
- (ii) Adições e exclusões temporárias, líquidas: diferenças que poderão impactar o lucro tributável futuro, neste caso refere-se basicamente a provisões que estão sendo revertidas. A Companhia deixou de reconhecer contabilmente a parcela de imposto de renda diferidos alinhado com o time Corporativo Tributário e Contábil. A expectativa é que, após 2 anos de resultado líquido positivo, seja avaliada, em conjunto com o time Corporativo a parcela de tributos diferidos.

b. Imposto de renda diferido

Detalhamento da composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisões não dedutíveis	476.233	371.905	499.535	389.875
Tributos com exigibilidade suspensa	38.370	38.370	38.370	38.370
Prejuízo fiscal	1.331.739	1.338.913	1.331.739	1.338.913
Base negativa CSLL	<u>507.655</u>	<u>510.541</u>	<u>507.655</u>	<u>510.341</u>
Imposto de renda diferido ativo	2.353.997	2.259.530	2.377.299	2.277.500
Imposto de renda diferido ativo não registrado	<u>(2.353.997)</u>	<u>(2.259.530)</u>	<u>(2.353.997)</u>	<u>(2.259.530)</u>
Parcela do imposto de renda diferido ativo registrado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.302</u>	<u>17.970</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui R\$ 5.326.957 de prejuízos fiscais e R\$ 5.640.607 de base de cálculo negativa da contribuição social (R\$ 5.355.635 e R\$ 5.670.459 respectivamente, em 2021) para compensação com lucros tributáveis futuros.

24 Provisão para contingências

Com base na análise individual dos processos judiciais, a Administração com base na avaliação efetuada por seus advogados, constituiu provisão para riscos conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Riscos tributários (a)	117.878	148.162	121.285	148.338
Riscos trabalhistas (b)	47.211	50.737	47.211	50.737
Riscos cíveis e consumidor (c)	70.674	68.862	70.674	68.861
Provisões para descontinuidade (d)	194.567	-	194.567	-
Provisão ABRARE	<u>7.994</u>	<u>35.271</u>	<u>7.994</u>	<u>35.271</u>
Total de riscos	<u>438.324</u>	<u>303.032</u>	<u>441.731</u>	<u>303.207</u>
Depósitos judiciais que requerem provisão (ativo não circulante)	<u>(5.113)</u>	<u>(25.670)</u>	<u>(5.195)</u>	<u>(25.704)</u>
Provisão para contingências, líquida - passivo	<u>433.211</u>	<u>277.362</u>	<u>436.536</u>	<u>277.503</u>

As principais provisões podem ser resumidas conforme segue:

- (a) Tributários - discussão a respeito de teses jurídicas sobre incidência ou não de tributos em operações realizadas pelo Grupo. Os valores provisionados representam as discussões cujas probabilidades de perda foram avaliadas como “provável” durante o exercício.
- (b) Trabalhistas - discussões sobre procedência ou não de verbas trabalhistas reclamadas por empregados próprios e, por responsabilidade subsidiária, quanto a reclamações de empregados de terceiros.
- (c) Cíveis - discussão sobre cabimento ou não de indenização em rescisões de contratos com concessionárias e fornecedores. Para consumidores as ações se resumem em reclamações diversas relativas a danos morais e materiais.

- (d) Descontinuidade – em linha com os testes de impairment realizados para 2022, envolvendo provisões técnicas que incluem a desmobilização de ativos e outros custos relacionados.

a. Processos com probabilidade de perda possível

As contingências de natureza cível, trabalhista e consumidor avaliadas com probabilidade de perda como possível totalizaram R\$ 208.897 (R\$ 191.384 em 2021). As contingências tributárias com probabilidade de perda possível totalizaram R\$ 1.580.291 (R\$ 1.420.948 em 2021). O principal processo que compõe este último saldo decorre da impugnação administrativa ao auto de infração, no valor de R\$ 742.072 (principal, multa, juros e juros da multa), relativo a discussão da ilegalidade da Instrução Normativa nº 243/02 quanto à aplicação do método PRL 20% e 60% de Preço de Transferência e do respectivo ajuste tributário de retificação do saldo de prejuízo fiscal/base negativa de CSL, referente ao ano de 2005. O total de contingências possíveis perfaz R\$ 1.789.188 (R\$ 1.612.332 em 2021).

Natureza	2022	2021
Cível, trabalhista e consumidor	208.897	191.384
Tributárias	<u>1.580.291</u>	<u>1.420.948</u>
Total	<u>1.789.278</u>	<u>1.612.332</u>

b. Movimentação da provisão para contingências

A movimentação da provisão para contingências durante o exercício, líquido dos respectivos depósitos judiciais que requerem provisão, pode ser resumida conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	303.032	635.562	303.207	635.738
Adições	224.702	79.591	227.934	79.591
Baixas	<u>(89.410)</u>	<u>(412.121)</u>	<u>(89.410)</u>	<u>(412.122)</u>
Saldo final	<u>438.324</u>	<u>303.032</u>	<u>441.731</u>	<u>303.207</u>

25 Plano de previdência privada

O plano de previdência privada do Grupo é administrado pela Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada (Fundo), entidade constituída sob a forma de Companhia Civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de direito privado distinta de suas patrocinadoras.

O Fundo tem como objeto a administração e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, conforme estabelecido no Regulamento do plano de benefícios, na forma da legislação vigente e trata-se de um plano de benefícios com contribuição definida.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos do Fundo provêm, portanto, de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como, dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

As contribuições ao plano pelo Grupo e sua controlada em 2022 representaram cerca de 0,78% da folha de pagamento (0,50% em 2021), totalizando R\$ 3.458 e R\$ 18, respectivamente (3.195 e R\$ 9, respectivamente, em 2021).

26 Participação nos resultados

O Plano de participação nos resultados adotado pela Companhia estabelece a seguinte forma de distribuição:

- **Bônus Performance:** é aplicado para os cargos de master, coordenadores, supervisores, gerentes e diretores e é calculado de acordo com o alcance de objetivos coletivos e individuais.
- **Participação nos resultados (PPR):** é aplicado aos demais colaboradores, definido anualmente através de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e é baseado em indicadores de qualidade, volumes e *market share*.

O valor global provisionado para pagamento de bônus performance e PPR é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Bônus Performance e PPR	152.874	103.977	153.887	104.699

Os gastos com participação nos resultados foram contabilizados como despesas e custos com pessoal e estão provisionados na rubrica de Obrigações sociais e previdenciárias.

27 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta de vendas:				
Mercado interno	14.709.132	12.161.332	15.417.489	12.600.969
Mercado externo	3.310.884	2.670.411	3.334.224	2.858.228
Prestação de serviços	306.661	317.192	306.669	317.279
	18.326.677	15.148.935	19.058.383	15.776.476
Impostos incidentes sobre vendas e outras deduções	(4.571.512)	(4.166.909)	(4.757.518)	(4.326.063)
Receita líquida de vendas	13.755.165	10.982.026	25.300.864	11.450.413

28 Demonstração dos custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	(9.194.451)	(7.561.022)	(9.410.858)	(7.792.502)
Custos e despesas de depreciação e amortização	(483.897)	(474.358)	(484.620)	(475.159)
Custo amortização direito de uso	(8.050)	(2.203)	(13.059)	(7.212)
Despesas com empregados	(1.083.198)	(942.978)	(1.090.674)	(949.543)
Despesas com aluguéis e estrutura	(84.369)	(64.815)	(83.834)	(64.789)
Despesas com manutenção e prestação de serviço	(354.782)	(352.582)	(360.835)	(361.236)
Despesas com transporte	(704.478)	(429.687)	(777.560)	(473.913)
Despesas comerciais	(651.420)	(655.911)	(688.029)	(680.801)
Impostos, taxas e encargos	(12.047)	(16.897)	(12.125)	(16.934)
Despesas com viagens	(16.114)	(5.151)	(16.202)	(5.191)
Seguros e garantias	(89.340)	(42.444)	(89.340)	(42.444)
Outros custos e despesas	(273.987)	(243.004)	(303.851)	(294.783)
Custo de transformação de veículos	(88.665)	(39.844)	(88.665)	(39.844)
Despesas com royalties	(267.437)	(260.432)	(267.437)	(260.432)
Despesas com honorários profissionais	(7.836)	(5.642)	(7.842)	(5.646)
	<u>(13.320.071)</u>	<u>(11.096.970)</u>	<u>(13.694.931)</u>	<u>(11.470.429)</u>
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(11.699.661)	(9.640.848)	(11.995.115)	(9.919.315)
Despesas com vendas	(731.711)	(689.052)	(768.064)	(713.049)
Provisão para perdas de créditos esperadas	(1.242)	(1.717)	(1.498)	(2.610)
Despesas gerais e administrativas	(887.457)	(765.353)	(930.254)	(835.455)
	<u>(13.320.071)</u>	<u>(11.096.970)</u>	<u>(13.694.931)</u>	<u>(11.470.429)</u>

29 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Subvenção para investimentos	292.729	236.644	292.729	248.552
Provisão para contingências	121.744	59.031	119.293	58.124
Resultado na venda de ativo imobilizado	43.416	29.054	43.416	29.054
Receita (Despesas) com Rota 2030	18.217	(6.358)	(6.645)	(6.358)
Plano de reestruturação de pessoal (a)	8.740	(53.602)	8.733	(54.128)
Outras receitas/(despesas)	1.161	(540)	39.493	(837)
Inovar Auto (c)	-	478.898	-	478.898
Total de receitas	486.007	743.127	497.019	753.305
Provisão para impairment (c)	(206.934)	-	(206.934)	-
Impairment de ativo imobilizado (b)	(59.994)	-	(59.994)	-
Plano de reestruturação de rede	(8.283)	(10.074)	(8.283)	(10.075)
Total de despesas	(275.211)	(10.074)	(275.211)	(10.075)
Total receitas operacionais, líquidas	210.796	733.053	221.808	743.230

- (a) Em 2021 a Companhia deu continuidade na implementação do programa de redução de custos. A Companhia registrou uma despesa recuperada associada a reestruturação no valor R\$ 8.740 em 2022 – baixa de provisão constituída em 2021 (R\$ 53.602 de despesa reconhecida em 2021). Os valores da reestruturação incluem principalmente benefícios de rescisão para empregados e incentivos oferecidos no programa de demissão voluntária e são baseados em um plano detalhado acordado entre a Administração e os sindicatos dos empregados.
- (b) No ano de 2022 a Companhia efetuou análise sobre a recuperabilidade de seu ativo imobilizado de acordo com o CPC 01, identificando indicativos de existência de ativos não recuperáveis, e desta forma, foi constituído um ajuste para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado no valor de R\$ 59.994, conforme nota explicativa 15. Em 2021 não houve indícios para impairment no teste de recuperabilidade realizado pela Companhia.
- (c) Provisão para impairment – em linha com os testes de impairment realizados para 2022, envolvendo provisões técnicas e de estoques, conforme descrito na nota 24 d.

30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	157.706	54.085	169.895	56.712
Resultado em operações de derivativos	112.186	87.951	112.186	87.951
Atualização depósito judicial	-	72.685	-	72.685
Ganhos cambiais sobre operações financeiras	23.668	37.501	23.668	37.501
Outras receitas financeiras	2.447	37.096	2.447	37.096
Total receitas financeiras	296.007	289.318	308.196	291.945
Despesas financeira				
Realização do ajuste a valor presente	(690)	(1.821)	(690)	(1.821)
Juros sobre empréstimos	(254.907)	(216.236)	(254.907)	(216.236)
Juros sobre arrendamentos	(3.480)	(503)	(25.633)	(20.640)
Resultado em operações de derivativos	(177.879)	(158.336)	(177.491)	(184.847)
Comissões fianças bancárias	-	(139)	-	(139)
Despesas com juros de mora	(16.760)	(8.542)	(17.599)	(9.861)
Outras despesas financeiras	(90.998)	(195.396)	(95.094)	(169.292)
Total despesas financeiras	(544.714)	(580.973)	(571.414)	(602.836)
Variação cambial líquida	(8.679)	(29.630)	(18.789)	(27.360)
Total resultado financeiro	(257.386)	(321.285)	(282.007)	(338.251)

31 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Todavia, as estimativas efetuadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	2022		2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.940.334	2.052.732	1.747.330	1.825.551
Contas a receber de clientes	1.450.225	1.575.517	904.206	1.035.241
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	760.829	760.829	2.848.177	2.848.177
Arrendamentos	1.584	3.470	1.308	3.015
Fornecedores (nota 17)	2.705.338	2.754.575	1.912.752	1.950.860
ICMS e Parcelamento PERT a recolher (nota 31)	68.487	68.487	98.703	98.703
Swap	(3.830)	(3.830)	(16.816)	(16.816)

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Os principais riscos aos quais a Companhia está exposto na condução de suas atividades são:

- (a) **Risco de crédito:** As contas a receber são representadas, em grande parte por saldos com empresas relacionadas, para as quais a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização.
- (b) **Risco de taxa de câmbio:** A Companhia possui obrigações e direitos indexados em moeda estrangeira, principalmente referentes às transações com partes relacionadas divulgadas na nota explicativa 20, e empréstimos divulgados na nota explicativa 19.
- (c) **Valor de mercado dos instrumentos derivativos:** A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada pelo departamento de tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e suas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxa de juros e

dólar futuro. Tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

- (d) **Risco de taxa de juros:** A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados, principalmente ao CDI, TJLP e taxas pré-fixadas, por outro lado, a Companhia possui aplicações financeiras vinculadas a derivativos de proteção contratados sob as mesmas taxas de juros, para cobrir tal exposição.

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à taxa de juros e variação cambial. Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 foram celebrados em mercado balcão, com contrapartes de instituições financeiras de grande porte. Os instrumentos derivativos são classificados como “valor justo por meio do resultado”. As variações do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual a Companhia administra e mensura esses riscos.

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros derivativos classificados dentro do grupo de empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são conforme abaixo:

			Controladora e Consolidado							
			Valor de referência				Valor justo a receber (a pagar)			
Indexador			2022		2021		2022		2021	
Swap	Parte ativa	Parte passiva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva
	Dólar norte-americano + Taxa Fixa a.a.	% do CDI	-	-	510.089	10.977	-	-	14.219	10.977
		Dólar norte-americano + Taxa Fixa a.a.	-	-	(495.870)	-	-	-	-	-
	% do CDI + Taxa Fixa a.a..	% do CDI	727.257	-	1.291.667	-	-	-	-	-
	% do CDI	% do CDI + Taxa Fixa a.a.	<u>(731.087)</u>	<u>(1.589)</u>	<u>(1.322.702)</u>	<u>(6.667)</u>	<u>(3.830)</u>	<u>(1.589)</u>	<u>(31.035)</u>	<u>(6.667)</u>
			<u>(3.830)</u>	<u>(1.589)</u>	<u>(16.816)</u>	<u>4.310</u>	<u>(3.830)</u>	<u>(1.589)</u>	<u>(16.816)</u>	<u>4.310</u>

b. Gestão de risco de taxa de câmbio

A Companhia realiza transações em moeda estrangeira e, conseqüentemente, está exposto às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas estratégias aprovadas por meio da utilização de contratos de swap cambial.

Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira expostos a riscos de variação cambial pertencentes a Companhia no final do período de relatório são apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	2022	2021	2022	2021
<i>(Em milhares de dólares ou euros)</i>				
Dólar norte-americano	1.271.089	826.828	1.254.273	695.119
Euro	131.489	34.335	96.410	93.979

c. Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposto principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia em relação a essas moedas estrangeiras. O percentual de oscilação (aumento/redução) de 10% do Real é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

	Controladora e Consolidado			
	2022		2021	
	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano
Resultado	22.790	252.536	12.831	152.915

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

d. Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Dívida bruta	(3.736.679)	(4.971.949)	(3.820.845)	(5.104.016)
Empréstimos e financiamentos	(760.829)	(2.828.058)	(760.829)	(2.828.058)
Arrendamentos	(1.584)	(1.308)	(3.470)	(3.015)
Fornecedores	(2.705.338)	(1.912.751)	(2.754.575)	(1.950.860)
Impostos	(268.928)	(229.832)	(301.971)	(322.083)
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.940.334	1.747.330	2.052.732	1.825.551
	<u>(1.796.345)</u>	<u>(3.224.621)</u>	<u>(1.768.114)</u>	<u>(3.278.466)</u>
Patrimônio líquido	3.883.956	1.897.811	3.883.956	1.897.811
Endividamento líquido	46,25%	169,91%	45,52%	172,15%

(a) Disponibilidade em tesouraria, depósitos em bancos e aplicações de liquidez imediata.

No que se refere ao índice de endividamento mencionado acima, cabe ressaltar que parte significativa do saldo de fornecedores, no montante de R\$ 1.473.945 (R\$ 978.251 em 2021) referem-se a transações com partes relacionadas. A Administração também tem buscado o aperfeiçoamento de seus índices de alavancagem financeira e endividamento em geral por meio de ações voltadas ao alongamento do perfil da dívida, bem como por meio da obtenção de linhas de crédito com taxas de juros mais atrativas.

As decisões de investimento, assim como o planejamento estratégico da Companhia, foram discutidas e aprovadas por seus controladores.

e. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é definido como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado, e também dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços);

- Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm base os dados observáveis de mercado.

	Nível	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros					
Valor justo através do resultado		-	10.977	-	10.977
- Instrumentos financeiros		-	-	-	-
Custo amortizado					
- Caixa e equivalentes de caixa	(a)	1.940.334	1.747.330	2.052.732	1.825.551
- Contas a receber	(a)	1.450.225	904.206	1.575.517	1.035.241
Passivos financeiros					
Valor justo através do resultado		-	-	-	-
- Instrumentos financeiros		-	-	-	-
Custo amortizado					
- Empréstimos e financiamentos	(a)	760.829	2.828.058	760.829	2.828.058
- Arrendamentos		1.584	1.308	3.470	3.015
- Fornecedores	(a)	2.705.338	1.912.751	2.754.575	1.950.860
- ICMS e Parcelamento PERT a recolher (nota 20)	(a)	68.487	98.703	68.487	98.703

- (a) Os ativos financeiros não derivativos como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras tem valores contábeis que se aproximam de seus valores de mercado. Os passivos financeiros não derivativos empréstimos e financiamentos, fornecedores, ICMS a recolher, parcelamentos fiscais, obrigações com partes relacionadas e outras contas a pagar, tem valores contábeis que se aproximam com os seus valores de mercado.

Durante o período não houve nenhuma transferência entre os níveis.

32 Transações que não envolvem caixa

A Companhia efetuou transações que não envolvem caixa no período que não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixa. Foram estas:

- (i) Aquisições de imobilizado à prazo no montante de R\$ 81.892 em 2022 (R\$ 10.930 em 2021), que não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa nas atividades de investimento de aquisição de imobilizado e intangível, e, nas atividades operacionais de variação de fornecedores;

33 Cobertura de seguros

As apólices de seguros mantidas pela Companhia são renovadas anualmente, conforme detalhado abaixo:

- (i) Riscos nomeados, com cobertura contra os riscos de incêndio, raio, explosão, danos elétricos, fenômenos da natureza, derrames de “sprinklers”, tumultos e outros para os prédios, instalações, equipamentos, máquinas, móveis, utensílios, mercadorias e matérias primas em estoque, objetos, tendo, conforme apólice, valor em risco de R\$ 10.100.973 com limite máximo indenizável de R\$7.336.056. Franquia de R\$ 89.958 em 2022.

- (ii) Riscos nomeados com cobertura integral ao estoque de produtos acabados, valor em risco de R\$ 1.225.000 com limite máximo indenizável de R\$ 94.861 em 2022. Franquia de R\$ 6.353.

34 Eventos subsequentes

A Companhia avaliou os eventos ocorridos após 31 de dezembro de 2022 e não identificou impactos retroativos aos saldos registrados. Com relação a efeitos relevantes sobre a situação patrimonial futura da entidade, foram identificados:

Mudança na Administração

Em 06/02/2023 foi anunciado o novo CFO (*chief financial officer*) para o Brasil, Sergio Lazcano, com vigência a partir de 01/04/2023.